

República do Djibuti

Unidade – Igualdade - Paz



RESUMO ANALÍTICO DO RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE

ACÇÕES DO MAAP

Dezembro de 2025

INTRODUÇÃO

A República do Djibuti aderiu ao Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP) em 2007 e realizou avaliações ao abrigo desse mecanismo, a fim de consolidar o Estado de direito, as suas instituições e práticas democráticas.

Isto demonstra o respeito pelos compromissos assumidos pelo Governo da República do Djibuti, que considera que a democracia e a boa governação são condições necessárias para que o país se torne um Estado estável, propício ao crescimento económico sustentável e ao desenvolvimento social.

O relatório de implementação do PNA do MAAP está em consonância com esses compromissos e destaca as medidas tomadas pelo Djibuti nos planos legislativo, administrativo e institucional, os progressos alcançados, as dificuldades encontradas e as perspectivas para tornar efectivas as recomendações decorrentes desse PNA.

Os pontos salientes desses progressos são descritos abaixo, de acordo com os quatro pilares temáticos do MAAP que eram aplicáveis por altura do primeiro processo de avaliação do país.

NORMAS E CÓDIGOS

A República do Djibuti ratificou um número significativo de instrumentos jurídicos regionais e internacionais. Esses tratados e convenções referem-se aos direitos humanos, à democracia, aos direitos da mulher, aos direitos da criança, etc.

É também neste contexto que o país se submete regularmente à apresentação de relatórios periódicos aos órgãos dos tratados das Nações Unidas e da União Africana.

Para garantir a plena divulgação e apropriação desses instrumentos, o país criou uma plataforma electrónica do boletim oficial «E-JO». Trata-se de uma plataforma que garante a divulgação instantânea das normas e códigos jurídicos, facilitando a consulta por todos, a qualquer momento, em qualquer ponto do território e do nosso planeta.

A República do Djibuti também aprovou uma lei que visa promover a cultura de auditoria e controlo através da criação de uma função de auditoria interna na administração pública.

GOVERNAÇÃO E DEMOCRACIA POLÍTICA

Consolidar a democracia constitucional e o Estado de direito

A República do Djibuti realizou progressos significativos na consolidação da democracia constitucional e do Estado de direito através do processo de reforço do quadro jurídico e dos meios de acção, nomeadamente do Conselho Constitucional, do Provedor de Justiça da República, da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e da Comissão Nacional Independente para a Prevenção e Combate à Corrupção.

O país também reforçou a descentralização ao elaborar um projecto de código geral das autarquias locais. A implementação desse código permitirá ao país dispor de uma descentralização administrativa, financeira e política eficaz e eficiente, numa abordagem gradual de transferência de competências.

Em termos orçamentais, desde 2020, as autarquias locais dispõem de um orçamento próprio e evoluem gradualmente para uma maior autonomia financeira através da cobrança de receitas fiscais e não fiscais próprias e da contribuição económica regional por parte do Estado.

No que diz respeito à promoção das OSC que defendem os direitos humanos, a legislação do Djibuti prevê as disposições da Lei n.º 107, de 7 de Março de 2024, e o país regista avanços notáveis neste domínio, com 632 organizações sem fins lucrativos reconhecidas, das quais 607 são associações simples, 7 redes associativas, 13 cooperativas, 4 ONG e 1 fundação, que desenvolvem as suas actividades sem restrições, desde que respeitem as medidas que lhes são aplicáveis.

Preservar a separação de poderes e o equilíbrio mútuo dos poderes

A República do Djibuti dispõe de instituições estatais que garantem a supremacia da sua Constituição e o Estado de direito. O poder executivo e o poder legislativo respeitam as disposições constitucionais, e o poder judicial é livre e independente.

Neste contexto, a Assembleia Nacional tomou várias medidas destinadas a permitir que os parlamentares exerçam plenamente as prerrogativas que lhes são conferidas pela Constituição. A este título, podemos citar a reforma do regulamento interno da Assembleia, que alargou as atribuições da comissão de leis à promoção e protecção dos direitos humanos, a criação de uma comissão encarregada de controlar as acções do Governo durante a pandemia da COVID-19, bem como a organização regular de missões parlamentares e caravanas junto da população.

Além disso, e em conformidade com os seus compromissos regionais e internacionais, a República do Djibuti iniciou um processo de reforma da organização e do funcionamento das instituições nacionais responsáveis pela promoção e protecção dos direitos humanos, tais como a CNDH, a CNIPLC e o Provedor de Justiça da República. Essas reformas consagram uma composição independente, pluralista e paritária dessas instituições de contrapoder.

Prevenir e gerir conflitos inter e intra-estatais

A República do Djibuti mantém relações pacíficas e cordiais com os seus vizinhos e não enfrenta qualquer conflito.

No que diz concerne ao apoio às jurisdições consuetudinárias, é de salientar que a República do Djibuti está a liderar, juntamente com os países vizinhos, a iniciativa de reconhecimento do XEER ISSA pela UNESCO na lista representativa do património cultural imaterial da humanidade. O país também iniciou o processo de registo do direito consuetudinário Afar MADQA, sempre com o objectivo de valorizar essas formas alternativas de resolução de conflitos.

Garantir a prestação de serviços públicos responsáveis, eficientes e eficazes

A República do Djibuti implementou várias reformas destinadas a melhorar a produtividade, a modernização e a deontologia da administração pública através da implementação da declaração de serviço aos cidadãos, da reforma da governação das empresas públicas, da modernização do quadro jurídico e das capacidades de acção da administração central e dos seus agentes. Essas reformas resultaram na implementação do Plano Estratégico 2025-2030 da Direcção-Geral das Alfândegas e

dos Impostos Indirectos, na actualização do sistema de informação aduaneira (SYDONIA World), na implementação do novo sistema de gestão informática da Direcção Tributária e na digitalização dos títulos de propriedade pela Direcção dos Domínios e da Conservação Fundiária.

No que tange à luta contra a corrupção, é de salientar a obrigação de declaração de património para os altos responsáveis nacionais, diversas actividades de informação e sensibilização realizadas, nomeadamente junto dos jovens, dos actores públicos, privados e associativos, bem como o reforço do arsenal jurídico repressivo. O país também reforçou o seu quadro normativo nesta matéria com a adopção da Lei n.º 103, de 7 de Março de 2024, relativa à prevenção e combate à corrupção e infracções semelhantes, do Código de Deontologia dos Funcionários Públicos, em 2018, e da Carta de Ética e Deontologia dos Auditores Internos, de 2023.

Promover e proteger os direitos das mulheres, das crianças e dos grupos vulneráveis

A República do Djibuti alcançou progressos notáveis na educação de raparigas e mulheres, na redução da violência baseada no género e na melhoria da representação das mulheres na governação. Assim, o Governo realiza regularmente campanhas de sensibilização do público sobre os direitos das mulheres e outras medidas específicas, a fim de alcançar a igualdade real entre homens e mulheres. Neste particular, podemos citar a adopção da lei de 2018, que aumentou a quota de mulheres eleitas para a Assembleia Nacional para 26% nas últimas eleições legislativas e para 25,07% a proporção de mulheres ministras, a elaboração de guias jurídicos sobre a violência

baseada no género, a lei de 2019 relativa à protecção, prevenção e assistência a mulheres e crianças vítimas de violência, a celebração anual do Dia Internacional da Mulher, a outorga anual do Grande Prémio do Chefe de Estado, etc.

A protecção dos direitos da criança continua a ser uma prioridade para o Governo, em conformidade com as orientações da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança. Essa vontade política manifesta-se através da adopção do Código de Protecção Jurídica dos Menores e da Política Nacional da Criança (2022-2032), bem como da institucionalização do Parlamento das Crianças.

No que toca à luta contra a mutilação genital feminina, o Governo elaborou uma nova estratégia nacional para o abandono dessa prática nociva, com o objectivo de reduzir significativamente a taxa de prevalência. A este respeito, é importante destacar resultados alentadores, tais como 3.000 meninas salvas da MGF, mais de 226.000 pessoas, das quais 35% são rapazes e homens, sensibilizadas sobre a MGF por líderes comunitários e religiosos, 20 comités de vigilância criados, 400 parteiras formadas no tratamento da MGF, etc.

Outrossim, a República do Djibuti inscreveu na Constituição a proibição da MGF por ocasião da adopção da Lei n.º 192/AN/25/9.^a L, de 9 de Novembro de 2025, relativa à revisão da Constituição. Trata-se de um avanço significativo para os direitos das meninas e das mulheres.

A República do Djibuti também dispõe de instrumentos legislativos para proteger e ajudar os grupos vulneráveis. Entre os quais figuram a Lei Alterada, de 2022, relativa à

Promoção e Protecção dos Direitos das Pessoas com Deficiência; a Lei, de 2018, relativa à Criação da Agência Nacional para Pessoas com Deficiência; o Fundo de Apoio à Deficiência; a Estratégia Nacional para a Deficiência 2021-2025; a Lei Nacional sobre Refugiados e Requerentes de Asilo; e a Estratégia Nacional sobre as Migrações.

A República do Djibuti, situada num ponto estratégico entre a África Oriental e a Península Arábica, é uma placa giratória para as migrações. É simultaneamente uma terra de passagem e uma terra de acolhimento para muitas pessoas que deixaram os países vizinhos em tempos de crise, em busca de um refúgio de paz.

Em 2024, o Djibouti acolheu 23 606 refugiados e 8 627 requerentes de asilo nas três aldeias previstas para esse efeito. Em termos migratórios, foram observados 435 576 movimentos migratórios nesse mesmo ano.

Em cada aldeia, um centro de saúde oferece cuidados de saúde primários e existe um sistema de referência disponível para os pacientes que necessitam de cuidados de nível superior; os refugiados beneficiam, em meio urbano, das mesmas estruturas de cuidados que os cidadãos nacionais. As crianças refugiadas e requerentes de asilo são integradas no sistema de ensino nacional. Em 2020 e 2021, as duas primeiras turmas de estudantes refugiados do ensino secundário obtiveram, em aplicação do decreto n.º 2020-234/PR/MENFOP, o seu certificado de conclusão do ensino secundário «Certificate of High-School Graduation» e acederam ao ensino superior.

A Estratégia Nacional de Protecção Social 2018-2022 implementada pelo Governo permitiu apoiar 1 000 famílias de refugiados e requerentes de asilo em áreas urbanas através da distribuição de cartões de abastecimento alimentar.

Os compromissos assumidos pelo Djibuti no âmbito do Pacto Global de 2018 concretizaram-se efectivamente em 2021 com a inauguração do Gabinete Nacional de Coordenação das Migrações, criado em 2019 pelo Decreto Presidencial n.º 2019-279/PR/MI3. Sob a tutela do Ministério do Interior, esse gabinete é responsável por centralizar e coordenar todos os aspectos ligados aos fenómenos migratórios com as instituições e intervenientes relevantes. Para esse fim, implementa a Estratégia Nacional sobre as Migrações (2021-2026), bem como o Plano de Acção Quinquenal (2022-2027).

GOVERNAÇÃO E GESTÃO ECONÓMICAS

No plano económico, é de salientar que, em 2023, a recuperação da actividade se consolidou fortemente, com um crescimento do PIB estimado em 7,3%, face a 3,7% em 2022, impulsionado principalmente pela retoma do comércio, sob o efeito das actividades portuárias e logísticas.

A dissipação do aumento dos preços mundiais dos alimentos e da energia levou a uma queda da inflação de 5,2% em 2022 para 1,3% em 2023. O défice orçamental diminuiu de 1,4 % do PIB em 2022 para 0,5 % do PIB em 2023, principalmente devido ao aumento das receitas orçamentais.

Conceber e implementar políticas económicas para um desenvolvimento sustentável

A República do Djibuti tem uma visão para 2035 e propôs-se vir a ser um pólo regional. Essa visão consiste no planeamento do desenvolvimento estratégico que traduz o compromisso do Estado em favor da transformação estrutural do país. Os planos quinquenais decorrem da Visão 2035, da SCAPE (2015-2019) e do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), «Djibouti ICI» (2020-2024). O terceiro Plano Nacional está em fase de elaboração e abrangerá o período de 2025 a 2030.

As direcções responsáveis pelo planeamento económico e orçamental beneficiaram de uma série de acções de formação e estão aptas a elaborar previsões económicas e orçamentais quinquenais.

No que se refere à dívida, o Governo implementou medidas para melhorar a gestão da dívida através da criação de um Comité Nacional da Dívida Pública e da adopção de um limite máximo de empréstimos não concessionais nulo para a nova dívida externa pública e garantida pelo Estado. Por outro lado, está a ser elaborada uma estratégia da dívida para determinar o nível ideal e a composição adequada da dívida pública, analisando os custos e riscos associados a diferentes estratégias de empréstimo, de acordo com os cenários macroeconómicos previstos, (ii) limitar as garantias públicas e (iii) obrigar as empresas estatais a obter autorização oficial para contrair dívidas sem garantia.

No âmbito da produção de dados fiáveis e autênticos, a República do Djibuti criou o Instituto Nacional de Estatística do Djibuti, em substituição da Direcção de Estatística do Djibuti (DISED), em conformidade com as recomendações da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico e do PNA do MAAP. A criação desse instituto marcou a

transformação da DISED, um órgão da administração central, num Instituto de Estatística com estatuto de estabelecimento público de carácter administrativo, dotado de personalidade jurídica e autonomia financeira.

A fim de promover a participação do sector privado no financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento, a República do Djibuti criou um quadro normativo e institucional sólido, com o objectivo de incentivar o estabelecimento de parcerias público-privadas. Neste quesito, podemos citar a Lei relativa às PPP, de 2018, e os seus decretos de aplicação.

Promover uma gestão financeira saudável

O Governo continua a promover uma gestão financeira saudável e dispõe, para tal, de sistemas de informação adequados que permitem rastrear os fundos públicos. As direcções do Ministério do Orçamento estão equipadas com sistemas de informação de última geração.

Além disso, o país pretende evoluir de um orçamento médio para um orçamento-programa no âmbito da Visão Djibouti 2035 e dos seus planos quinquenais. A implementação do orçamento-programa, que se concretizará, entre outras coisas, através da elaboração de projectos e relatórios anuais de desempenho, figura entre as prioridades da reforma das finanças públicas empreendida pelo Governo.

Acelerar e reforçar a integração regional nas áreas monetária, comercial e de investimento

O Djibuti, situado na confluência de três continentes, pretende tornar-se um pólo comercial regional. O país é membro do COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral) e da ZCLT (Zona de Comércio Livre Tripartida). Em 2022, o país ratificou o acordo da ZCLCA (Zona de Comércio Livre Continental Africana) e implementou uma Estratégia Nacional com um plano de acção trienal para implementar esse acordo de comércio livre.

O estudo realizado pelo BAD, «**Djibuti rumo a um modelo de crescimento económico para além das actividades portuárias**» 2023, destaca os sectores promissores em termos de crescimento (pescas, indústria transformadora, turismo e TIC). Esses sectores permitirão ao país integrar a cadeia de valor global (CVG).

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Promover um ambiente favorável e um quadro regulamentar eficaz para as estruturas e outras entidades comerciais

A República do Djibuti aprovou várias reformas para tornar o seu clima de negócios mais atraente para os investidores a nível nacional, regional e internacional. A este propósito, podemos citar a criação da Secretaria de Estado responsável pelos Investimentos e pelo Desenvolvimento do Sector Privado (SEIDSP), o reforço das capacidades da Agência Nacional para a Promoção dos Investimentos (ANPI), a criação do Balcão Único e a modernização do quadro regulamentar e dos procedimentos.

Os impactos dessas reformas são notáveis através da implementação de um balcão único para simplificar o processo de criação de empresas, o que permitiu a criação de

mais de 6.667 empresas entre 2019 e 2024 e de 203 empresas isentas e supervisionadas pela ANPI (projectos acompanhados). É preciso também sublinhar o impacto directo do fortalecimento da ANPI nos fluxos de investimentos reais, nomeadamente a melhoria positiva dos investimentos directos estrangeiros (IDE) e dos investimentos nacionais durante esse período.

Graças a estas reformas, o Djibuti facilitou a execução de contratos, criando uma secção comercial no Tribunal de Primeira Instância para resolver litígios comerciais e adoptando um novo Código de Processo Civil que regula os procedimentos de conciliação e mediação voluntárias. Assim, ao longo do ano de 2024, a secção comercial do Tribunal de Primeira Instância (TPI) tratou um total de 108 processos.

No plano das infra-estruturas, foram envidados esforços consideráveis nos últimos anos através da realização de grandes projectos destinados a explorar a posição geo-estratégica do país, em conformidade com a estratégia «Visão Djibuti 2035», que ambiciona tornar o Djibuti um pólo comercial e logístico regional. Entre as principais iniciativas destacam-se o desenvolvimento de zonas francas, como a Zona Franca Internacional do Djibuti, que oferece oportunidades reais de negócios e atrai investimentos estrangeiros.

O Djibuti também possui um dos melhores complexos portuários de águas profundas, classificados entre os melhores do mundo. Em termos de comparação com outros portos da sub-região, de África e do mundo, o porto do Djibuti obteve um reconhecimento notável no relatório de 2022 do Índice de Desempenho dos Portos de

Contentores (IPPC) como o primeiro porto de contentores na África Subsaariana, o terceiro em África e o 26.º a nível mundial (face ao 61.º lugar conseguido em 2020).

De acordo com a recomendação do MAAP, o país criou em 2020 um Fundo de Investimento e de Garantia (FOGAD) para cobrir 60 a 80% dos empréstimos de investimento de empresas nacionais de todos os sectores e das garantias imobiliárias. Desde o início efectivo das suas actividades em Fevereiro de 2020, o FOGAD processou 307 dossiers, representando mais de um (1) bilião de francos djibutianos em créditos, em colaboração com os bancos comerciais locais.

Garantir uma conduta ética nas organizações

A governação corporativa registou avanços significativos com o desenvolvimento e a harmonização de boas práticas em todos os sectores de actividade. Isso significa que mais de 60 Estabelecimentos Públicos Administrativos (EPA) e Estabelecimentos Públicos de Carácter Industrial e Comercial (EPIC) elaboram as suas demonstrações financeiras antes de 31 de Março do ano fiscal e submetem-se anualmente à validação das suas contas pela Direcção de Contabilidade Pública do Ministério do Orçamento.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Promover e acelerar o desenvolvimento socioeconómico sustentável de base ampla

A República do Djibuti alcançou progressos significativos em termos de desenvolvimento socioeconómico através da implementação no terreno de acções destinadas à valorização do capital humano, à protecção social e à promoção de um

crescimento inclusivo e sustentável, com vista à redução da pobreza e das desigualdades, com o objectivo de melhorar as condições de vida das populações e criar uma sociedade justa e coesa.

O objectivo é garantir a coerência e a complementaridade dos seus esforços em matéria de desenvolvimento socioeconómico sustentável, através da elaboração de uma visão de desenvolvimento no quadro da Visão Djibuti 2035. Para a concretização dessa visão, foram implementados e concluídos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, nomeadamente a SCAPE (Estratégia de Crescimento Acelerado para a Promoção do Emprego), de 2015 a 2019, e o DJIBOUTI ICI (Inclusão, Conectividade e Instituição), de 2020 a 2024.

O balanço da implementação da SCAPE permitiu identificar uma série de avanços significativos, nomeadamente em termos de relançamento do crescimento económico, que se situou em média entre 5% e 6% no período em análise. O impacto traduziu-se numa redução da pobreza, num aumento da criação de empregos e, consequentemente, numa redução do nível de desemprego. Através da sua vertente «promoção do emprego e inclusão social», a SCAPE permitiu a implementação de programas de inserção profissional e protecção social para toda a população, especialmente para os mais vulneráveis.

O Djibuti, reconhecido como um país modelo na implementação do Quadro de Acção Global para os Refugiados (CRRF), está firmemente empenhado na protecção e inclusão dos refugiados. Assim, as crianças refugiadas e requerentes de asilo estão perfeitamente integradas no sistema de ensino nacional, e os refugiados beneficiam

também das mesmas estruturas de cuidados de saúde que os cidadãos nacionais. Ademais, a inclusão e o empoderamento dos refugiados são garantidos pelo cartão de refugiado, que funciona como título de residência e autorização de trabalho: eles são, por conseguinte, livres para exercer uma actividade independente ou um trabalho assalariado.

PRESERVAR O AMBIENTE E COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No plano da protecção ambiental, o país envidou esforços significativos que culminaram na criação, em 2021, de um ministério dedicado à protecção ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável. O país também adoptou documentos de planeamento estratégico, como a Contribuição Nacionalmente Determinada, em 2015; a Estratégia e o Programa de Acção Nacional para a Biodiversidade, em 2017; a Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas, em 2018; o Plano de Acção Nacional sobre a implementação da Convenção de Estocolmo, em 2022; a Estratégia Nacional da Economia Azul, em 2023; a Contribuição Nacionalmente Determinada Revista, em 2024, etc.

Além disso, o Djibuti está empenhado na luta contra as alterações climáticas, nomeadamente através da ratificação de acordos internacionais, dos esforços envidados no domínio das energias renováveis, em particular através de projectos em curso destinados a mitigar as emissões de gases com efeito de estufa, tais como iniciativas eólicas, solares e geotérmicas, bem como através da cooperação energética com a Etiópia por meio de uma interligação eléctrica.

A implantação de um parque eólico com capacidade de 60 MW, em funcionamento desde Outubro de 2023, responde claramente à política de diversificação dos recursos energéticos do país e participa plenamente do esforço global de combate ao aquecimento global.

O objectivo do Governo em matéria de política energética baseia-se essencialmente na procura de uma melhor utilização dos recursos existentes, nomeadamente dos recursos renováveis.

Ainda no âmbito da luta contra as alterações climáticas, o país instituiu, através do decreto n.º 2023-074/PRE, de 13 de Março de 2023, um mecanismo de controlo das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), denominado 'Iniciativa Soberana de Carbono (Sovereign Carbon Initiative)'. Esse mecanismo é aplicado através da *Sovereign Carbon Agency*, que recolhe contribuições de carbono e as reinveste em projectos de adaptação e resiliência.

Combater a pobreza, o desemprego e as desigualdades

Com o fito de promover a melhoria das condições de vida das populações mais carenciadas, várias políticas e programas foram iniciados desde 2015.

É assim que o país implementa o programa de redes de segurança social, que combina transferências monetárias em espécie e ajudas específicas destinadas às famílias mais

vulneráveis, nomeadamente as que vivem em zonas rurais. Em 2024, as redes sociais apoiam mais de 39 000 famílias em todo o território, em resposta a choques climáticos, ao aumento de preços ou a situações de emergência. Ademais, são organizadas distribuições periódicas de provisões e géneros alimentícios que alcançam 25 000 famílias.

Por outro lado, em 2014, o país lançou o programa de assistência social à saúde, que garante cobertura médica gratuita a famílias vulneráveis. Em 2024, este programa abrangeu 38.472 famílias em situação de pobreza ou pessoas em situação de vulnerabilidade, permitindo-lhes acesso gratuito a cuidados de saúde em hospitais públicos.

No que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde, o país empreendeu esforços significativos para melhorar o acesso aos cuidados de saúde e aos medicamentos em todo o território nacional. Assim, o país dispõe actualmente de 53 estruturas de saúde de primeiro nível, cobrindo tanto as zonas urbanas como as rurais, 11 estruturas de segundo nível compostas por policlinicas e centros médico-hospitalares na capital e nas capitais regionais, e 8 estruturas de terceiro nível, incluindo um centro nacional de referência para a prevenção e educação sanitária, 2 hospitais regionais, um Centro Hospitalar Universitário do Djibuti e um centro de referência nacional de saúde reprodutiva.

O país também envidou esforços consideráveis no desenvolvimento dos Recursos Humanos do Sector da Saúde. Assim, o número de funcionários, em todas as categorias, aumentou consideravelmente, passando de 1020 para 4460 entre 2000 e

2024. Em matéria de formação, o país dispõe, desde 2007, de uma faculdade de medicina onde foram formados e colocados no mercado nacional mais de 300 médicos e mais de 450 enfermeiros.

A educação é outra área em que o Governo tem feito progressos constantes para garantir um ensino de base de qualidade, gratuito e acessível em todo o país. Durante o período 2020-2022, o país construiu novas escolas em todas as circunscrições do país, na capital, nas capitais das cinco regiões do interior e nas zonas rurais: 52 escolas foram construídas ou ampliadas, 377 novas salas de aula foram construídas, 52 escolas foram reabilitadas e 451 salas de aula foram reabilitadas.

Com estas novas infra-estruturas, mais de 4000 alunos foram matriculados e frequentam hoje essas novas escolas.

O número total de funcionários, em todos os níveis, passou de 49 996 para 114 313 entre 2000 e 2019, o que representa um aumento de 43,7%.

O número de alunas passou de 21 230 para 52 311 durante o mesmo período, o que representa um aumento de 40,5 %.

Desse modo, a questão da equidade e da disparidade escolar foi parcialmente resolvida com a eliminação dos factores que impediam a escolarização das meninas, bem como com a implementação de uma série de medidas positivas de incentivo, tais como a construção dessas novas infra-estruturas educacionais, a aproximação das escolas dos locais de residência, a disponibilização de transporte escolar nas localidades rurais, o acesso gratuito a material escolar, a distribuição de víveres às

famílias que matriculam meninas na escola, o reforço e a criação de serviços sociais, como cantinas e dormitórios separados para meninos e meninas em áreas rurais.

O Governo também está na origem de vários programas ambiciosos que visam reforçar a participação das mulheres em cargos de liderança e o seu empoderamento. Foi neste contexto que foi criado um programa nacional de alfabetização destinado a ajudar os adultos a aprender a falar, ler e contar em todo o território nacional. Assim, entre 2020 e 2023, 11 917 mulheres foram formadas no programa de alfabetização, das quais 8 206 adquiriram conhecimentos básicos.

Outrossim, foram implementadas iniciativas destinadas a promover o emprego digno para combater o desemprego, especialmente entre jovens e raparigas, bem como acções específicas que favorecem a inclusão económica e financeira das mulheres por meio de Actividades Geradoras de Rendimento (AGR).

QUESTÕES EMERGENTES

Durante a elaboração do relatório de progresso, foi salientado que algumas questões de natureza estratégica não tinham sido abordadas e tidas em conta no PNA do MAAP.

Trata-se das seguintes questões:

- Juventude;
- Habitação;
- Migrações (ver supra).

No que diz respeito à juventude, é importante lembrar que esta é uma questão estratégica fundamental para o Governo e, por isso, está no centro de todas as

políticas em matéria de desenvolvimento, educação, formação profissional, emprego, participação cívica e coesão social.

Para promover o desenvolvimento da juventude no território nacional, a República do Djibuti dispõe de Centros de Desenvolvimento Comunitário (CDC). Trata-se de infra-estruturas modernas que oferecem actividades recreativas e acções de formação diárias destinadas ao desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens.

Actualmente, o país conta com 40 CDC operacionais em todo o território nacional, dos quais 15 estão localizados na cidade de Djibuti e 25 nas capitais regionais (Ali Sabieh, Dikhil, Tadjourah, Obock, Arta), bem como em zonas rurais estratégicas.

Em 2024, os CDC registaram mais de 76 000 jovens beneficiários directos através das diferentes actividades de animação organizadas, com um aumento considerável na frequência em relação ao ano anterior.

O outro programa emblemático do Governo é o Grande Prémio do Chefe de Estado «Iniciativas da Juventude» (Decreto n.º 2022-275/PR/MJC).

Como exemplo concreto, na edição celebrada em alusão ao Dia Nacional e Africano da Juventude, o 1.º prémio é de 3 000 000 FD, o 2.º prémio de 2 000 000 FD, o 3.º prémio de 1 000 000 FD e um 4.º prémio honorífico de 500 000 FD para incentivar e encorajar as iniciativas dos jovens djibutianos.

Habitação

Na prossecução do seu objectivo de melhorar as condições socioeconómicas da Nação, tal como previsto na Visão 2035 e na Agenda 2063 da União Africana, a

República do Djibuti fez do sector da habitação uma das suas prioridades nacionais. É com esse objectivo em mente que o Governo se empenha em implementar estratégias e programas de grande envergadura para garantir o acesso de todos à propriedade. A este respeito, importa mencionar a elaboração do Plano Director de Ordenamento e Urbanismo da Cidade de Djibuti (SDAU) e seus regulamentos específicos de urbanismo, os Planos Directores de Ordenamento e Urbanismo das cinco (5) capitais regionais e seus planos detalhados.

Por outro lado, desde 2015, o país também adoptou uma estratégia nacional de habitação que assenta em quatro eixos estratégicos: aumentar a oferta de terrenos urbanizados; intensificar a construção de habitações sociais; eliminar as habitações precárias através do «Programa Zero Favelas»; instituir um mecanismo de financiamento.

Os resultados decorrentes da implementação desta estratégia durante o período 2020-2025 são mais do que alentadores:

- **7 228 parcelas sociais** produzidas, com títulos de propriedade, durante o período 2020-2025;
- **2 604 habitações sociais** construídas;
- **2 210 títulos provisórios** regularizados;
- **506 habitações** erguidas com base no modelo de autoconstrução.